

Disputar o saber e transformar a política: intersecções de gênero-raça-classe nas páginas do jornal feminista *Mulherio* (1981-1988)

Disputing knowledge and transforming politics: intersections of gender-race-class in the pages of the feminist newspaper *Mulherio* (1981-1988)

Roger Camacho Barrero Júnior*

José dos Santos Costa Júnior**

Resumo

Em 1981 um grupo de trabalhadoras da saúde e pesquisadoras feministas criou um periódico que tinha por objetivo debater pautas de movimentos de mulheres e expor práticas de prevenção e profilaxia da saúde feminina. Muitas de suas organizadoras vinham de partidos de esquerda e partiram de seus saberes e repertórios para defender a equidade de gênero e o fim de discriminações, trazendo para a discussão pesquisas e trabalhos científicos. Pensando nisso, este artigo tem o objetivo de analisar como as pesquisadoras que escreviam o jornal feminista *Mulherio* (1981-1988) utilizaram-se de seus repertórios socioculturais e científicos para tratar do corpo e da saúde feminina. Metodologicamente, opera-se com a análise do discurso a partir de Michel Foucault, o que possibilita ler as imagens e textos em sua historicidade, pluralidade e tensões que lhe foram constitutivas, contribuindo para a constituição de sujeitos e práticas de poder-saber. Tratando-se, portanto, da análise de um periódico que teve considerável circulação, pode-se percebê-lo como produto dos anseios específicos, reproduzindo ou questionando certas premissas científicas e valores socialmente constituídos e articulados às transformações em curso nas relações de gênero.

Palavras-chave: Feminismo; Interseccionalidade; *Mulherio*.

Abstract

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de Educação Básica II da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Contato: r.cb.j@hotmail.com

** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN – Campus São Gonçalo do Amarante). Contato: costa.junior@ifrn.edu.br

In 1981 a group of health workers and feminist researchers created a journal that aimed to discuss the agendas of women's movements and expose practices of prevention and prophylaxis of women's health. Many of its organizers came from left-wing parties and used their knowledge and repertoires to defend gender equity and the end of discrimination, bringing research and scientific work to the discussion. With that in mind, this article aims to analyze how the researchers who wrote the feminist journal *Mulherio* (1981–1988) used their sociocultural and scientific repertoires to address the female body and health. Methodologically, it operates with the analysis of discourse from Michel Foucault, which makes it possible to read the images and texts in their historicity, plurality and tensions that were constitutive of them, contributing to the constitution of subjects and practices of power-knowledge. Considering, therefore, the analysis of a periodical that had considerable circulation, it can be seen as a product of specific aspirations, reproducing or questioning certain scientific premises and socially constituted values articulated to the ongoing transformations in gender relations.

Keywords: Feminism; Interseccionalidade; *Mulherio*.

Introdução

Gênero é um conceito muitas vezes associado ao corpo e moldado a partir de premissas culturais, políticas e/ou científicas. Quando este se refere especificamente às mulheres, não há como esquecer a maneira como ele foi utilizado para gerir opressões e produzir identidades a partir da oposição feminilidade-masculinidade. Tal contraposição, contudo, não estava amparada somente na Biologia, pois transcende uma percepção física do próprio corpo para uma construção cultural e simbólica. Seja como for, devemos iniciar este texto lembrando que este conceito, assim como outros marcadores sociais de diferença como raça, geração, região e classe, combinam-se historicamente para demarcar formas e sentidos para opressões e privilégios sociais em contextos locais e temporais. Isto nos permite pensar como as análises interseccionais não se baseiam em categorias universais, mas na articulação de conceitos cujos potenciais analíticos irão variar a partir do objeto de estudo, da escala de análise (local, regional, global) e das condições da investigação (PISCITELLI, 2008).

Este texto traça como objeto de análise a emergência histórica de enunciações e posicionamentos que se materializaram nas páginas do jornal *Mulherio*, produzido e

focado nos direitos das mulheres, feminismo e crítica da ciência. Metodologicamente, mobiliza-se as ferramentas da análise enunciativa de Michel Foucault (1988, 2012a, 2012b, 2016) para pensar sobre as transformações, permanências e variados atravessamentos que tornaram tais saberes possíveis no tempo e espaço. Assim, pretendemos analisar como a saúde e o corpo femininos foram concebidos e apropriados por esse jornal nos anos 1980.

Tal periódico circulou entre 1981 e 1988 e foi produzido e organizado por médicas, professoras universitárias, pesquisadoras e cientistas da Fundação Carlos Chagas² (FCC) ao passo em que também atuavam em grupos de esquerda. Apesar da predominância de profissionais da saúde, havia também sociólogas e antropólogas. Ele teve quarenta edições e tratou de temáticas como sexualidade, saúde, movimentos sociais e trabalho.

O **Mulherio**, entretanto, não foi o único jornal feminista a circular no Brasil no período, pois o **Brasil Mulher** e o **Nós Mulheres** já haviam sido impressos e possuíam objetivos semelhantes³ (WOITOWICZ, 2008). O jornal foi produzido em um momento de fortalecimento dos grupos de oposição ao regime autoritário ainda em vigor, bem como da criação de órgãos que tinham o intuito de atender as demandas de gênero, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, e, posteriormente o Conselho Nacional dos Diretos da Mulher (CNDM), em 1985.⁴ Ao seu modo, o **Mulherio** pode ser lido historicamente como espaço de discussão e circulação de saberes por meio dos quais as mulheres suscitavam a necessidade de se equiparar social e legalmente aos homens – do ponto de vista da produção do conhecimento científico e da crítica política e cultural.

Partindo da série documental formada por um conjunto de fotografias, gravuras, textos escritos e posicionamentos sobre a situação das mulheres no período, tomamos em conta a produção belicosa da realidade. Tal expressão afirma o entendimento de que a realidade é disputada, que aquilo que entendemos como “a realidade” é sempre objeto de atribuição de sentido por grupos sociais variados e

² A Fundação Carlos Chagas foi fundada em 1964 por professores universitários e pesquisadores. Teve como objetivo incrementar as pesquisas e a formação de profissionais na área da saúde. Cf. a página oficial: <https://web.archive.org/web/20160305023252/http://www.fcc.org.br/fcc/quem-somos>. Acesso em 03 de ago. 2020.

³ Vale ressaltar a presença de periódicos femininos e feministas no Brasil da segunda metade do século XIX e na primeira metade do XX, como indicam Hahner (1981) e Hahner (2003).

⁴ Sobre o PAISM, cf. Osis (1998), Rattner (2014). Sobre o CNDM, cf. Costa (2005) e Moreira (2016).

indivíduos que tomam a cena, enunciam algo sobre a realidade e tensionam as interpretações em jogo ou contribuem para assentar certas formas de entendimento. As reflexões de Foucault acerca das relações não horizontais nem unívocas, mas tensas, densas, descontínuas e muitas vezes divergentes entre o saber e o poder indicam claramente o potencial de análise sobre como as relações de poder ancoram-se ou questionam certos saberes instituídos, ou também como certos saberes pressupõem relações de poder estabelecidas ou põem-se a questioná-las (FOUCAULT, 2012; MACHADO, 2012). Ora, em se tratando de um jornal feminista e produzido a partir da interface entre o discurso científico e a militância política, logo pode-se perceber como este periódico disputou sentidos sobre a realidade do momento e os modos como as relações de gênero e as políticas públicas direcionadas às mulheres estavam sendo implementadas e legitimadas pelo Estado e a sociedade civil.

Do ponto de vista da análise histórica do discurso, vale considerar o que disse Michel Foucault em sua aula inaugural no *Collège de France*, em dezembro de 1970:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 08).

Deste modo, pode-se ver como a constituição de um periódico que questionava as relações de gênero e sexualidade, assim como as políticas de saúde endereçadas às mulheres, pôde emergir para tensionar a ordem do discurso e recompor análises e modos de operar nas/com as relações de gênero no Brasil. Por meio de imagens, textos, dados demográficos e estatísticos, assim como usando outras materialidades enunciativas, o periódico contribuiu para pôr as relações de gênero em questão, fazendo do feminismo uma arma de crítica da cultura. Portanto, fica claro como a linguagem não consiste apenas em um instrumento para “representar” o mundo e seus objetos, mas tem uma função atributiva, participando da produção do real, disputando-o (VEIGA-NETO, 2016).

Ao mobilizar fontes documentais que constam de um suporte material e físico, um periódico, deve-se considerar que os textos, imagens e demais materialidades ali

dispostas emergiram como enunciações singulares, atravessadas por discursos (como práticas sociais mais amplas que constituem seus objetos, define-os e os circunscreve em um conjunto de regras enunciativas) vinculados ou não a saberes científicos (FOUCAULT, 2016). Todo discurso se compõe a partir de um conjunto de enunciados. Estes não seriam uma unidade como a frase ou a proposição, mas a “função” que articula a enunciação ao conjunto de regras que a torna possível (FOUCAULT, 2008). Portanto, a tomada da palavra por mulheres em um periódico feminino e feminista precisa ser lido como ponto de tensão, produção e deslocamento de sensibilidades e significados socialmente constituídos. Os textos, isoladamente, não são os discursos que fundam ideias, projetos e promessas políticas, mas pontos rarefeitos de atravessamento que puderam criticar, questionar, reforçar ou deslocar práticas historicamente constituídas.

Durante o século XIX, a ciência vinha ganhando espaço na disputa por explicar os fenômenos da natureza, mas constituindo também campos dedicados ao estudo da sociedade e da cultura. Entretanto, a constituição de saberes científicos deu-se também em função da afirmação de uma pretensa superioridade dos europeus em relação aos povos do Novo Mundo. As pesquisas da frenologia, do determinismo geográfico, entre outras abordagens, acabaram colocando os europeus como ponto máximo de uma escala evolutiva e fabricou também desigualdades entre homem/mulher, feminino/masculino, ocidental/oriental, racional/irracional, entre outras dicotomias simplificadoras. Ao mapear historicamente a constituição do binarismo de gênero, Linda Nicholson (2000, p. 21) destaca que

durante o século XVIII, aconteceu a substituição de uma compreensão da mulher como versão inferior ao homem num eixo de infinitas gradações por uma na qual a relação entre mulheres e homens era percebida em termos mais binários, e na qual o corpo era pensado como fonte desse binarismo.

A própria designação da função do corpo na socialização entre os gêneros constituídos na cultura afirmava o pressuposto de que elas seriam *naturalmente submissas* e que estavam destinadas a reproduzir e amamentar. Tais concepções seriam explicadas pela identificação de suas características físicas e pela medição de seus crânios (GOULD, 1999, p. 99). De acordo com Elisabeth Badinter (2011), a maternidade

passou a ser entendida como um dom natural feminino, pois as mulheres supostamente seriam solícitas e, logo, adequadas aos trabalhos do *cuidar*, o que se expressou em tarefas ligadas à enfermagem, à educação ou à filantropia (DONZELOT, 1986; COSTA JÚNIOR, 2019).

Contudo, os movimentos feministas surgem em busca da superação de imaginários como esses e propondo a equiparação social e política. No decorrer do século XX tal movimento ganhou espaço, conquistou direitos como o sufrágio universal, o reconhecimento da autonomia e maioria femininas, o divórcio e a licença-maternidade. Entre as décadas de 1960 e 1980, elas tiveram uma forte atuação entre os ditos “novos movimentos sociais” (SOARES, 1998, p. 34). Apesar da existência de conflitos, tais sujeitos dialogavam com grupos de trabalhadoras e moradoras da periferia, trocando pautas e compartilhando repertórios (PINTO, 2003). Muitos poderiam estranhar a permanência dessa inferiorização na década de 1980, mas devemos lembrar que os imaginários não se desfazem rapidamente, pois se modificam em um ritmo diferente dos eventos de curta e média duração. Reinhard Koselleck (2006) mostra que os conceitos são constructos de uma longa duração. Situados historicamente, as noções de gênero, “mulher” e feminilidade agenciaram elementos de natureza teológica, econômica, política, moral e estética em um emaranhado de relações no qual o corpo da “mulher” como sujeito pretensamente universal, deveria ser liberado das malhas do patriarcado e da dominação masculina.

A ideia da superioridade biológica de gênero ancorava-se no determinismo biológico e vinha se desgastando desde a derrota do nazismo (1945), o que abria espaço para o surgimento de *novas certezas* no campo científico (KUHN, 1998). Nicholson (2000, p. 13) aponta que “as feministas há muito vêm percebendo como argumentos relativos a explicações biológicas para a personalidade e comportamento generalizam equivocadamente aspectos específicos da personalidade e do comportamento para todas as sociedades humanas”. Mas tão perigoso quanto o determinismo biológico acabou sendo o *fundacionalismo* biológico que, diferentemente daquele, pressupõe um construtivismo social. O fato é que as relações de desigualdade entre os gêneros se constituíram em meio a transformações de longo alcance, pois de acordo com Daniel Dallacqua de Carvalho e Vanderlei Sebastião de Souza (2017), após a guerra surgiu um sentimento coletivo de repulsa pela eugenia, mas ainda assim aqueles pressupostos racistas permaneceriam ainda no campo jurídico e sanitário. Dessa forma, há que se

lembrar de que o *repertório popular* pode absorver muito do que vem desses círculos e também está amparado em experiências locais, o que aponta para amplas e complexas estratégias de apropriação e circularidade cultural⁵.

Portanto, se por um lado não devemos apartar a ciência da sociedade (LATOURET, 2001), por outro não podemos colocá-la no pedestal do discurso uníssono, homogêneo e linear, mas entender o discurso científico marcado por rupturas e cortes epistemológicos, como sugeriam Gaston Bachelard e Georges Canguilhem (MACHADO, 2007), ou ainda pensar o discurso científico a partir das condições de possibilidade que lhe são exteriores, mas que tensionam e contribuem para a sua emergência ou transformação, como sugere a arqueologia foucaultiana dos saberes.

O que as difere deles? O corpo feminino

O jornal *Mulherio* expôs uma série de imagens que contribuíram para reforçar as diferenças entre mulheres e homens com base no critério corporal.⁶ Sua constituição imagética do feminino vai além do arquétipo da vestimenta e adentra na anatomia. Se inicialmente tal investimento poderia parecer “natural” para um jornal feminista, por outro lado é preciso questionar acerca dos repertórios culturais das redatoras. Entretanto, esta não seria uma maneira de reforçar um instinto ou uma obrigação, mas apresentar a maternidade como um distintivo das mulheres, o que veremos no decorrer deste artigo.

Apesar de uma parte das feministas de classe média entender a maternidade como uma dentre as diversas opressões delegadas às mulheres, outras vinham dialogando com movimentos de mães da periferia e se apropriaram da “retórica da dignidade da mãe” sem deixar de romper com a ideia de predestinação (PINTO, 2003, p. 60-61). Entre a maternagem negada e a exaltada (SCAVONE, 2001) criou-se uma alteridade corporal feminina, que apareceu em um artigo que tratava sobre a legalização do aborto. Nele, a imagem de uma mulher que continha uma grande flor em seu “ventre” parecia querer deixar clara a concepção de maternidade e

⁵ Para uma apropriação historiográfica da noção de circularidade cultural formulada por Mikhail Bakhtin e seus desdobramentos para o debate entre cultura popular e cultura erudita, cf. Ginzburg (2006) e Amado (1996).

⁶ Os exemplares do jornal *Mulherio* podem ser acessados no Acervo Digital da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>. Acesso em 03 de ago. 2020.

corporalidade ali tecida (Figura 1). Se a relação entre palavras e imagens não se dá pela soberania do signo verbal, como sugere Jacques Rancière (2012), se trata de pensar a densidade que articula discursividades que em alguns momentos mobilizaram a materialidade da palavra e em outras ocasiões prescindiu dela. A ideia poderia ser de desmistificar certas simbologias, como a sacralidade do corpo, ou de gerar identificação por meio de arquétipos amplamente circulantes como a flor, a expressividade corporal marcada por suavidade, sensualidade e mistério como elementos que conotariam marcas da feminilidade.

Figura 1 – Fabricando as marcas da feminilidade em palavras e imagens



Fonte: *Mulherio*, nº 4, novembro/dezembro de 1981. p. 4.

Por diferentes estratégias, as distinções entre masculino e feminino foram abordadas. Em um número específico os seios e os órgãos sexuais representam o feminino. Como marcador de página em uma matéria sobre o machismo, a imagem de uma mulher e de um homem aparecem juntas, porém de costas uma para a outra. Os cabelos longos aparecem como traço para opor a feminilidade ao masculino (Figura 2). Parece comum representar o feminino dessa forma, visto que há um arquétipo que contrapõe os corpos para definir o gênero (MENDONÇA, 1998). Entretanto, se torna fundamental desconfiar desse binarismo alicerçado em uma verdadeira política da imagem que visava instituir identidades fixas e opostas, na medida em que se pode incorrer em uma compreensão não histórica do corpo e da própria diferenciação de

gênero e sexo, encarando-se o corpo como um mero “cabide”, como assevera Nicholson (2000), no qual seriam impressos diferentes artefatos culturais.

Diversas imagens foram apresentadas para dar conta dessa diferença binária. Na capa de uma edição de julho de 1987, diferentes corpos, performances e rostos foram fabricados para mostrar a diversidade feminina. Podemos citar também um desenho que faz referência aos seios e aos órgãos sexuais e que fala do aborto. A imagem não segue uma silhueta realista, mas lembra suas leitoras de que se trata de uma mulher por causa desses mesmos traços (Mulherio, nº 30, julho de 1987. p. 7).

Figura 2 - A cor do machismo



Fonte: Mulherio, nº 9, setembro/outubro de 1982. pp. 2-3.

O uso da cor lilás como fundo de capa, articulada com outros elementos em branco e preto, apresentaram corpos femininos em variadas situações, com distintas características e evocando temporalidades também distanciadas como as do Egito e Grécia na antiguidade (Figura 3). Assim, fosse pela biologia ou cultura, os traços físicos e a expressividade corporal se tornaram o mote para delimitar o feminino e reforçar sua autonomia em relação ao masculino. A raça e a classe não deixam de ser constituintes do feminino, pois o **Mulherio** não deixou de tocar em temáticas como o racismo ou as opressões sofridas pelas moradoras das periferias. Contudo, a maioria das capas retratou rostos brancos. De acordo com Lia Vainer Schucmann (2012), a branquitude se constrói por meio do fenótipo, da origem e da classe. Assim, uma pessoa poderia ser *mais* ou *menos* branca por atender ou distanciar-se de certos padrões fenotípicos ou sociais. As mulheres negras surgem por meio de ótica específica ou como um nicho, mas mesmo assim não deixaram de aparecer no periódico, sendo relacionadas a temas como política, samba, racismo e cultura popular, feminismo e islã

na África, Constituinte (um corpo de costas). Apenas nas capas sobre a Constituinte (1987-1988) e Gilberto Gil foi feito o uso de um jogo sutil de cores entre o amarelo e o vermelho para pano de fundo e letras (Figura 4).

Figura 3 - Campanha pelo aborto terapêutico



Fonte: *Mulherio*, nº 23, outubro/novembro/dezembro de 1985 p. 1; *Mulherio*, nº 30, julho de 1987. p. 7.

Rostos captados no momento de uma fala, no interlace entre corpos abraçados, marcados pela seriedade imposta pela religião islâmica ou atravessado por um sorriso aberto enquanto os braços gesticulam, estas são cenas que as imagens sugerem. Diferentes rostos emergiram nas páginas do *Mulherio* em suas diferenças raciais, étnicas, religiosas, mas sempre (micro/macro) políticas. O periódico instituiu uma certa política da visualidade capaz de traçar os contornos de uma identidade para a mulher, definindo as características do seu corpo e enlaçando-o em processos de distinção. Ora, o rosto funciona socialmente como critério de identidade, de particularização e de afirmação de singularidades, mas somente emerge como ponto de confluência em jogos culturais que o moldam passo a passo.

Em uma sociedade na qual a imagem passou a ter cada vez mais espaço, um jornal feminista como o *Mulherio* não poderia prescindir desse elemento para articular sua política de identidade. Mas o rosto, como nos lembra David Le Breton (2019, p. 193), jamais é acessado, sendo “exibido por intermédio da imagem”, mas “nunca em sua realidade viva (exceto ao tocá-lo, mas, para o indivíduo ocidental, o tato está longe de ter o valor da visão)”. A sociedade ocidental tem sido marcada pelo

predomínio da imagem e do sentido da visão, sendo atribuído a este sentido físico uma condição diferenciada mesmo quando seus limites são definidos e reforçados. Lido em sua materialidade e singularidade (embora muitas vezes sendo tal singularidade apagada em proveito de certas homogeneidades fabricadas), o corpo emerge em uma pele que o constitui e o desenha.

Figura 4 – Figurações da política



Fontes: *Mulherio*: nº 03, setembro/outubro de 1981; nº 09, setembro/outubro de 1982; nº 14, julho/agosto de 1983; nº 22, julho/agosto/setembro de 1985; nº 26, outubro/novembro de 1986.

No jornal, as mulheres negras se tornaram um nicho temático, surgindo em matérias internas, mas ainda assim sem ocupar centralidade na política editorial. Decerto que a preocupação do *Mulherio* não era especificamente de tratar da representatividade das mulheres negras, mas de buscar pautas que unissem tais sujeitos por meio do gênero. Isto, por sua vez, articularia práticas variadas.

Sexualidade, gestação e feminilidade

Em 1981, o jornal *Mulherio* publicou um texto chamado *Maria-sem-vergonha de ser mulher*, no qual ressalta-se um símbolo da feminilidade: a flor (Figura 5). Contudo, esse atributo não é visto como um demérito, mas se torna distintivo e uma metáfora

que rompe com arquétipos de sensibilidade e solicitude construídos socialmente (BADINTER, 2011). Há aqui a preocupação de romper com a domesticação do corpo feminino (MENDONÇA, 1998).

Figura 5 – Corpo, vergonha: mobilizando símbolos e sentidos



Fonte: *Mulherio*, julho/agosto de 1981, nº 02, p. 21.

A descoberta do corpo aparece também como uma forma de romper com a opressão sexual feminina. Em um texto intitulado *Um debate que se amplia*, o jornal reforçava a necessidade do autoconhecimento: “a discussão sobre a sexualidade da mulher inclui assuntos tão diversos que vão desde o conhecimento das coisas mais elementares do nosso corpo até o entendimento das complexas relações de poder que dominam a sociedade” (*Mulherio*, março/abril de 1982, nº 06, p. 5). Isto permite pensar como a construção de subjetividades mobilizou formas de autocuidado e uma relação produtiva com o corpo. Fez-se uso de algumas charges da ilustradora Eva Funari, publicadas em folhetos distribuídos pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, nesse sentido.

As imagens trazem cenas do cotidiano das mulheres, desde o uso de roupas e peças íntimas, a relação com os filhos (Figura 6). Os momentos de solidão nos quais as mulheres defrontam-se com seus pensamentos não fugiu às tintas de Funari. Todavia, as cenas estiveram todas situadas no âmbito da vida privada. Divulgou-se ainda um curso sobre sexualidade e corpo, visando estimular as mulheres na tarefa de um autoconhecimento. O diálogo com os movimentos de moradoras da periferia não deixou de ser estabelecido, pois citam o posicionamento de uma de suas lideranças: “Fiquei surpresa quando soube que uma [mediadora] é médica, outra psicóloga, e as outras sociólogas. Das outras vezes, quando havia reunião, a gente sempre ficava

calada, ouvindo as professoras. Vocês, ao contrário, não vêm dar aulas *pra gente*” (Mulherio, março/abril de 1982, nº 06, p. 5).

Figura 6 – “Quando os filhos perguntam certas coisas”



Fonte: Mulherio, março/abril de 1982, nº 06, p. 5.

O fato de aquelas mulheres não virem “dar aula” para as outras de periferia, parecia romper uma distância social e epistêmica e valorizar uma horizontalidade. A noção de que havia uma barreira de classe surgiu muito provavelmente do diálogo das pesquisadoras da FCC com os movimentos de donas de casa e trabalhadoras da periferia (PINTO, 2003, p. 60-61). Ressaltaram a autoridade das organizadoras ao dizer que “para o curso estão encarregadas duas pesquisadoras da equipe: Cecilia Simonetti, socióloga e professora de Educação Sexual, e Elisabeth Meloni Vieira, médica residente em Medicina Preventiva” (Mulherio, março/abril de 1982, nº 06, p. 5).

A sexualidade foi entendida ali como um tabu que devia ser desconstruído, pois estaria amparada em relações de poder que privavam a mulher de conhecer a si mesma e de exercer livremente seus sentimentos. Pensando nesse problema, o jornal buscou “naturalizar” as reações corporais femininas e expô-las. A ideia da sexóloga não é apenas de firmar posição frente às desigualdades de gênero, mas de se utilizar de uma *pedagogia* sobre o corpo que possibilitasse às suas leitoras outra compreensão de si mesmas, rompendo com a vergonha de falarem sobre seus corpos. Podemos perceber que ao mesmo tempo em que se questiona o determinismo social, que fragiliza e põe a mulher como submissa (GOULD, 1999, p. 99), há o fortalecimento de ideias oriundas da biologia e dos círculos médicos. Nesse ponto, devemos lembrar que as fontes são datadas e que por isso não podemos cobrar delas uma sensibilidade em relação às

diferentes feminilidades e masculinidades, mas reconhecendo que contribuíram com os debates do momento.

Este periódico mobilizou uma série de elementos que caracterizam o “dispositivo da sexualidade”, tal como Michel Foucault (1988) o problematizou no primeiro volume da *História da sexualidade: a vontade de saber* (1976). Tratava-se ali de mostrar como esta rede composta por saberes médicos, pedagógicos e instituições jurídico-políticas fizeram com que o “sexo” e a “sexualidade” fossem produzidos como critérios de avaliação e constituição de comportamentos a serem adotados, prescritos ou proscritos. Exemplo disso é a longa análise que esse filósofo fez sobre o papel da medicina na prevenção da masturbação infantil, configurando discursivamente as crianças onanistas sob o signo do patológico e daquilo que devia ser controlado, o que acabou acontecendo a partir das incidências mais violentas e pouco sutis sobre os corpos infantis, como se lê nas páginas de *Os anormais*, seu curso dado no Collège de France em 1974-1975. Ao seu modo, o *Mulherio* contribuiu para o reforço dessa política na medida em que não somente informou, apresentou, descreveu e recomendou coisas sobre a sexualidade feminina, mas incentivou a “confissão”, o “autoconhecimento” por meio de uma relação com o próprio corpo que foi marcada por indagações e inquietações diversas. O corpo feminino que até então parecia ter sido um território esquecido e negligenciado, agora se tornava objeto de investigação por parte de médicos, profissionais psi (psicólogos, psiquiatras, psicanalistas) e toda uma rede de orientação.

Levando em consideração que tratamos de um jornal e de textos produzidos por profissionais da saúde, o cientista Thomas Kuhn (1998) nos lembra que a crise de um paradigma científico gera uma disputa em torno de qual outro ocupará o seu lugar. Sendo assim, podemos notar como as mudanças científicas do século XX podem ter impactado no olhar de cientistas e pesquisadores e, inclusive, daquelas que se identificavam com o feminismo. Se por um lado havia quem partisse do determinismo e de um olhar elitista para dizer que as mulheres eram submissas, inaptas ao trabalho científico (STEPAN, 2005), frágeis e infantilizadas (GOULD, 1999), por outro lado as profissionais da FCC disputavam espaço ao enfatizar a força, a autonomia e a liderança feminina. Tal posicionamento foi possibilitado tanto pelas mudanças teóricas quanto pela ascensão de sujeitos que questionavam imaginários e pressupostos tanto na epistemologia eurocêntrica como na arena pública. Vê-se, assim, como o campo

científico não deixa de sofrer a interferência de um imaginário social (LATOURE, 2001) e que este é construído por meio de repertórios e vivências específicas (AMADO, 1996; COSTA, 2014). Ao passo em que as feministas do **Mulherio** estavam envoltas por leituras que rompiam com certas hegemonias, também não deixaram de falar de um determinado local e período.

O **Mulherio** também abordou a maternidade. Esse tema, contudo, não se restringe às relações entre mães e filhos, mas contempla o parto e pós-parto. A ideia de que ela seria um atributo natural não deixa de aparecer no jornal, mesmo que para ser refutada. De acordo com Elisabeth Badinter (2011), os círculos feministas não deixaram de se pautar nessas representações, pois ao defenderem o direito à escolha por não engravidar, ressaltavam imposições geradas pela obrigação de ser uma *boa mãe*. Quando nos deparamos com imagens que ressaltam esses atributos, devemos entender que as responsáveis pelo jornal não deixaram de se apoiar nas suas próprias referências socioculturais para compreender a questão. Da mesma maneira, há que insistir na construção de pautas comuns com os movimentos de mães da periferia (PINTO, 2003). O periódico não contrapôs a maternidade à desconstrução de paradigmas, mas foi situada como uma entre outras características e projetos possíveis para as mulheres.

Outro tema associado à maternidade é a amamentação. O **Mulherio** se apropria de pressupostos médicos para reafirmar os seus benefícios para a mãe e a prole. Olhando para as teses feministas, elas poderiam entender que o aleitamento seria também uma forma de libertar seus corpos e a si mesmas da objetificação. Quanto a essa preocupação, a sanitarista Marina Ferreira Rea alertou:

É realmente alarmante a diminuição da prática do aleitamento natural, particularmente em nosso meio. Isso é grave principalmente porque se sabe que a substituição do leite materno implica na necessidade do preparo de um leite substituto, que (...) não oferece proteção imunológica, não tem as qualidades nutricionais adequadas à nossa espécie, não nos permite uma interação afetiva completa com a criança, além de não permitir o funcionamento de nossas glândulas mamárias com objetivo para o qual elas, biologicamente, existem nos nossos corpos (*Mulherio*, março/abril de 1982, nº 06, p. 4).

Constava-se que a amamentação faz bem à saúde feminina. Além da preocupação na libertação dos corpos, o conhecimento científico foi utilizado para pedagogizar corpos e fabricar maternidades, diferenciando-se do imaginário católico que defendia o resguardo de um corpo sacralizado na associação ao corpo de Maria, mãe de Jesus Cristo (VASCONCELOS, 2006). Tal debate esteve capilarmente disposto socialmente nos movimentos de mulheres apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas adeptas da Teologia da Libertação (ROHDEN, 1997). Como bem lembra Vânia Vasconcelos (2006), aquelas que rompessem com essa aura de castidade seriam vistas como Evas, representação dos perigos da sedução feminina. Por outro lado, as Ciências Biológicas também apareceram para reforçar certos *atributos* e o papel social delegado às mulheres. Frente a tal visão, as redatoras do **Mulherio** fizeram uso da ciência como forma de combate, visando a igualdade entre os sexos e a libertação feminina. Seus corpos não deixariam de ser vistos a partir de suas funções (amamentação, sexualidade, menstruação, reprodução). Mais adiante a sanitarista ainda escreve:

O modo de vida ocidental, a sociedade estruturada com o domínio da elite masculina, o sistema onde o lucro, a vantagem, o dinheiro, constituem o interesse principal – deixam lugar para a prática da amamentação? O ciclo reprodutivo vivido pela mulher – concepção, gestação, parto, puerpério, lactação – sem dúvida "atrapalha" o modo de vida urbano, atrapalhando a ela mesma assim como a seu ciclo familiar, seu emprego. Isto porque, numa sociedade construída por homens, (...) não se pensou na mulher como ser reprodutivo da força de trabalho (...). (*Mulherio*, março/abril de 1982, nº 06, p. 4).

Denuncia-se os interesses econômicos que estavam articulados ao descrédito do aleitamento materno. Assim, o “trabalho” aparecia como elemento articulador das desigualdades de gênero e na própria conformação do espaço urbano legislado por homens e excludente do feminino, pois Rea se referiu ao problema da domesticação dos corpos (MENDONÇA, 1998).

Em outro número, a amamentação apareceu como um trabalho e foi associada a práticas operárias e camponesas com a frase: “Atenção! Mulheres Trabalhando”.

Apresentou-se a figura de um seio, do qual saem diversas mulheres, dentre camponesas, mães, operárias e manifestantes (Figura 7). Ocorria um apelo pela autonomia feminina, mas também pela valorização do trabalho em condições sanitárias adequadas e com direitos garantidos, sem negá-lo às mulheres como uma espécie de degeneração que a retiraria do lar como seu espaço fixo (STEPAN, 2005).

Gláucia Fraccaro (2018) mostra que no começo do século XX as pesquisas e sentidos do governo negavam muitas das atividades realizadas por elas, o que passava a sensação de que os mundos do trabalho eram masculinos. Analisa que as mulheres tinham papel ativo em atividades como a colheita, o comércio informal e os serviços domésticos. Assim, a privação do trabalho era uma possibilidade apenas para aquelas que possuíam certo conforto material. Observando um período posterior, Flávia Biroli (2018) chega a mostrar que muitas famílias eram/são chefiadas por mulheres negras, em sua maioria. Seja no começo do século ou mais recentemente, não há como afirmar que elas não trabalhavam ou que viviam única e absolutamente reservadas às suas casas (FRACCARO, 2018; BIROLI, 2018).

Figura 7 – Atenção! Mulheres trabalhando!



Fonte: *Mulherio*, maio de 1982, nº 07, p. 1.

A maternidade voluntária apareceu no jornal como ferramenta para a libertação feminina, desconstruindo o corpo como um objeto sexual, resguardado no lar (MENDONÇA, 1998). Outro tema recorrente foi a contracepção, algo usado pelas feministas de classe média para reforçar a liberdade sexual feminina (SCAVONE,

2001). Em certo momento, o **Mulherio** questionou os interesses do Estado e das elites em relação ao controle da natalidade: “se é promissora a existência de um método abortivo nada cirúrgico, limpo, administrado individualmente e sem risco, o diabo é a proposta controlista que vem junto”, uma vez que “o laboratório francês Roussel-Uclaf, pai da pílula, concluiu um acordo com a Organização Mundial de Saúde e *Population Council* de comercialização que lhe permite vender a R.U. a preços de custo nos países do 3º Mundo e tirar a forra comercial nos países industrializados” (**Mulherio**, janeiro/fevereiro/março de 1985, nº 20, p. 16).

Este artigo anônimo foi extraído da **Nouvel Observateur**, uma revista de grande circulação em Paris, que no caso se refere à descoberta da pílula abortiva R.U. 486, em 1982. Utilizando-se de dados médicos sobre o equilíbrio hormonal, alterado pelo uso desse medicamento, o impresso alertava para os interesses presentes em sua prescrição. Apesar da relevância dessa invenção, ela somente foi produzida devido aos interesses econômicos e políticos de um laboratório e órgãos internacionais. A estratégia de utilizar a luta de classes para interpretar as motivações de certas inovações científicas não era original, pois outros cientistas (marxistas) já haviam se debruçado sobre o vetor econômico/classista do trabalho laboratorial (FREYRE JUNIOR, 1993). No caso do aborto, Maria Carneiro da Cunha escreve sobre os problemas sanitários analisados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a mortalidade feminina. A distinção em termos de classe social volta a aparecer como algo que aprofundaria a opressão de gênero:

Uma mulher de classe alta ou média, que tenha condições de pagar os preços artificialmente inflacionados das clínicas de aborto, pode fazê-lo em relativa segurança ou, pelo menos, sem o perigo de morrer por causa disso. O mesmo não acontece com as mulheres das classes mais desfavorecidas que, diante de uma gravidez não desejada, são forçadas a recorrer a curiosas ou a praticarem o auto-aborto, com meios primitivos sempre bastante perigosos. Isso mostra que a manutenção da proibição contribui para manter um odioso privilégio de classe (...) (**Mulherio**, novembro/dezembro de 1981, nº 04, p. 4).

Pensando nos interesses que envolvem o aborto e os demais métodos contraceptivos, o foco esteve nas desigualdades sociais e em como estas impedem a realização de um aborto seguro. O controle do Estado sobre o corpo feminino foi denunciado, na medida em que servia a interesses econômicos. A tensão entre Estado e relações de gênero ganharia outras páginas.

Pelo direito de escolher sobre seus corpos e destinos: Gênero e Estado

Entre temáticas como a reprodução, o controle populacional e os planos de saúde, as redatoras do **Mulherio** fizeram críticas ao governo autoritário (e àquele que o sucedeu em 1985). Em 1983 surgiu o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Ele dialogava com algumas das reivindicações feministas por incentivar políticas de controle de natalidade e educação sexual apoiadas no direito de decisão das mulheres (CORREA, 1993). O jornal enfatizou que o Estado estaria utilizando-se do corpo feminino como um item de negociação política e para favorecer os interesses de setores privados. De acordo com a redatora Ethel Leon, as feministas repudiaram o PAISM por entenderem que ele exercia um “controlismo disfarçado de feminismo”:

[...] cresce a atuação das entidades controlistas privadas como BENFAM e CEPAIM que assessoram o INAMPS e realizam experiências de contracepção a torto e a direito sobre as mulheres. “Estamos vivendo uma situação complicada”, diz Maria José Araújo, médica feminista que clínica na Casa da Mulher do centro e na Casa da Mulher do Grajaú, em São Paulo. “Eu percebo um imenso atraso político na recusa sistemática dos programas de saúde governamentais. Em primeiro lugar, devemos nos perguntar se temos força para retirar esses programas do cenário. E se retirarmos, o que fazer?” [...] (*Mulherio*, julho/agosto de 1984, nº 17, p. 6-7).

A imagem que compõe o texto reforça traços físicos das mulheres, pois é o desenho de uma gestante anônima. Ela toca e observa sua barriga, reforçando o elo mãe-filho, o que poderia tanto gerar a identificação de parte das leitoras quanto dizer que a maternidade seria uma atividade legítima (Figura 8). Além das críticas ao modelo

proposto e das desconfianças em relação a um governo autoritário, o **Mulherio** apresentou outras perspectivas e divulgou cartas de representantes de grupos de mulheres (**Mulherio**, julho/agosto de 1984, nº 17, p. 6-7).

Ethel Leon ressaltou que as feministas defendiam o planejamento familiar, mas lembrando os riscos ao aceitar passivamente algo imposto. Dada a relevância do PAISM, a autora reforçou a alteridade feminina e a necessidade de humanizar o acolhimento às mulheres que eventualmente precisassem dos seus serviços. Outras duas críticas foram sobre a importância do atendimento entre mulheres, o que evitaria abusos sexuais, e a falta de estrutura física para a realização de exames e cirurgias de forma higiênica como enfatizaram a médica Ana Reis e a redatora Inês Castilho (**Mulherio**, abril/maio/junho de 1985, nº 21, p. 10).

Figura 8 – “Contraceção: o drama nosso de cada dia”



Fonte: **Mulherio**, julho/agosto de 1984, nº 17, p. 6.

Outro tema tratado pelo jornal foi o controle populacional, visto criticamente pelo *Mulherio* na medida em que o ministro do Exército, Waldir Vasconcelos, “tentava efetivar um programa de controle da natalidade, naquela linha de limitar a população pobre para diminuir a pobreza” (**Mulherio**, abril/maio/junho de 1985, nº 21, p. 10). Havia em meio ao governo e aos círculos médicos quem defendesse ideias neomalthusianas, pressupondo que o crescimento elevado de alguns setores da sociedade agravaria a pobreza, pois ele se elevaria em uma velocidade maior do que a demanda de alimentos (CORREA, 1993). O **Mulherio** fez uma crítica frontal a esse eugenismo do governo

federal que visava esterilizar a população mais pobre (GOULD, 1999, p. 99). Este neomalthusianismo surgiu como fruto do *boom* populacional após 1945 (CORREA, 1993), que foi acentuado nos países do *Terceiro Mundo*. Assim, se para as pesquisadoras feministas a ascensão de pautas de gênero trazia questionamentos, por outro os especialistas do governo se pautavam nos imaginários que iam ao encontro dos seus próprios interesses.

Em uma matéria, as redatoras do jornal atentam para a fala de um médico da Universidade de São Paulo (USP) que defendia o controle do corpo e da sexualidade femininas para controlar a natalidade entre os mais pobres:

Carlos Alberto Salvatore, professor titular da Clínica Ginecológica da Medicina da USP, convidado – pasmem! – a participar da Oficina de Discussão sobre Saúde da Mulher, organizada pela Secretaria da Saúde de São Paulo, tem em seu repertório as seguintes pérolas: “Somente deveriam ter filhos os casais que, após alguns anos de casamento, realmente pretendessem viver unidos e se encontrassem em condições econômicas, psíquicas e físicas para terem filhos e educá-los até os 15-17 anos de idade. O número de filhos está diretamente relacionado às condições econômicas do casal, e a explosão demográfica intimamente ligada à pobreza.” “Cabe ao governo, auxiliado pelas instituições privadas, dar assistência aos necessitados, aos pobres. O governo é responsável pela ‘evolução demográfica da nação’. Portanto deve controlar o crescimento demográfico ...” “... O ensino deve ser feito principalmente para as moças púberes, pois a sexualidade deve ser controlada pela mulher. A ela cabe inclusive o controle da atividade sexual do companheiro através do ‘pudor’, arma feminina que infelizmente as mulheres de hoje não mais sabem utilizar como forma de adiar o início da atividade sexual quando adolescentes e como forma de atração e exaltação sexual quando madura e responsável.” (*Mulherio*, julho/agosto de 1984, nº 17, p. 6).

Com o título de *Reacionarismo Médico*, o trecho acima faz parte da seção *Maternidade, um fato político*. A crítica se direciona à presença de discursos

conservadores entre os agentes do Estado, muitos dos quais responsabilizando a mulher pelo controle da natalidade e pela organização familiar. Outro ponto levantado foi a discriminação de classe, pois o *descontrole* da sexualidade, de acordo com Salvatore, seria problema dos mais pobres. A educação do corpo serviria para controlar a população periférica. Assim, a classe aparecia como critério de elegibilidade para controle demográfico, evitando os *indesejáveis* (GOULD, 1999, p. 99; STEPAN, 2005, p. 37-39).

De acordo com Leonardo Dallacqua de Carvalho e Vanderlei Sebastião de Souza (2017, p. 893), a ideia da esterilização de certos grupos permaneceu forte após a Segunda Guerra Mundial e no Brasil o médico eugenista Renato Kehl (1889-1974), espécie de “pai da eugenia”, continuou recebendo homenagens da imprensa e fomentando debates até 1974, quando faleceu (CARVALHO & SOUZA, 2017, p. 894-896). Ideias como essas poderiam seguir embasando a fala de médicos como Salvatore, mas não seriam uníssonos, pois sofreriam a resistência de outros agentes, como as cientistas feministas do jornal *Mulherio*. Nesse sentido, vale lembrar que naqueles anos havia o retorno de moralismos sobre a sexualidade devido à descoberta do HIV/AIDS, atribuído à promiscuidade e associado aos homossexuais e às prostitutas, ao uso de seringas (hemofílicos e usuários de entorpecentes).⁷ Tanto a discriminação dos portadores daquela doença quanto a ideia de controlar o crescimento da população pobre devem ser tomadas como efeitos de uma conjuntura específica balizada por referenciais religiosos e familiares. Seja para reforçar ou para desconstruir premissas sociais, o discurso médico deve ser visto como produto dos interesses de quem fala e de uma época, pois seus autores não estão apartados do meio no qual foram forjadas (LATOURE, 2001) e suas formulações mobilizam e sugerem formas de intervenção no mundo, seja para transformar ou para manter relações sociais.

Considerações Finais

Durante a ditadura civil-militar brasileira o jornal *Mulherio* exerceu uma função ético-política importante na contraposição a modelos epistêmicos, familiares, políticos e econômicos que cindiram divisões e naturalizaram diferenças em termos de gênero, sexo e classe social. Apropriando-se da ciência, as feministas e os

⁷ Sobre a discriminação fortalecida pelo surgimento da AIDS, cf. Barreto (2015) e Carvalho (2015).

representantes do governo autoritário disputaram significados e projetos na arena política.

A Medicina, o Sanitarismo, a Psicologia, a Sociologia foram áreas mobilizadas pelas redatoras do periódico, propondo outros modos de pensar as relações de gênero, a política e o conhecimento científico. Assim, este texto analisou como os casos acima mencionados ora refutaram, ora reforçaram paradigmas científicos. A ciência aparece então como campo atravessado e tensionado por outros campos de saber e poder como a religião, a economia, etc. O **Mulherio** mobilizou e fabricou textos, imagens e todo um repertório para questionar, propor, analisar, denunciar e apontar caminhos e alternativas para superar desigualdades e hierarquias sociais baseadas nas diferenças de sexo/gênero, classe social e raça. Se a Biologia, a Medicina e a Psicanálise foram utilizadas para controlar as mulheres desde o século XIX, posteriormente elas serviram para repensar muitas práticas e o feminismo igualmente as usou para defender a igualdade de gênero.

O **Mulherio** era organizado por profissionais da saúde identificadas com o feminismo e se dirigia tanto para as intelectuais quanto para trabalhadoras. Há que se lembrar também da proximidade dessas redatoras com grupos e partidos de esquerda, o que traria à tona pautas de classe e ações propositivas junto aos movimentos da periferia. Contudo, se havia a preocupação de se dirigir para um certo público, seus textos não apagaram os instrumentos analítico-críticos da academia, mobilizados para propor outra forma de ciência, de política e de participação política.

Fontes

Acervo Fundação Carlos Chagas (FCC). Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>. Acesso em 02 de nov. 2020.

Mulherio, nº 02, julho/agosto de 1981.

Mulherio, nº 03, setembro/outubro de 1981

Mulherio, nº 04, novembro/dezembro de 1981

Mulherio, nº 06, março/abril de 1982;

Mulherio, nº 07, maio/junho de 1982;

Mulherio, nº 09, setembro/outubro de 1982;

Mulherio, nº 17, julho/agosto de 1984;

Mulherio, nº 21, abril/maio/junho de 1985;

Mulherio, nº 23, outubro/novembro/dezembro de 1985;

Mulherio, nº 26, setembro/novembro de 1986;

Mulherio, nº 30, julho de 1987;

Bibliografia

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Projeto História**, São Paulo n. 14, 1996.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. São Paulo: Editora Record, 2011.

BARRETO, Letícia Cardoso. "Somos sujeitas políticas de nossa própria história": prostituição e feminismos em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Afetar e ser afetado pelo acontecimento: coberturas jornalísticas da Aids e impactos sociais. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 2, p. 253-272, 2015.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise a partir das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. **Perspectiva**, v. 35, n. 3, p. 887-910, 2017.

CORREA, Sonia. PAISM: uma história sem fim. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Vol. 10 (1/2). Campinas, 1993.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Gênero, infância e política social no Boletim da LBA (Paraíba, 1947-1955). **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, edição 30, v. II, n. 2, Mai./Ago. 2019.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão da tradução de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In. **Microfísica do poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012b, p. 55-86.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WWF, Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. São Paulo: Editora da FGV, 2018.

FREYRE JUNIOR, Olival. Sobre as 'Raízes sociais e econômicas dos principia de Newton'. **Revista da SBHC**, n. 9, p. 51-64, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HAHNER, June E. Mulheres e sociedade em meados do século XIX. In. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940**. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2003.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas – 1850-1937**. Tradução de Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. São Paulo: Editora da PUC, 2006.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: Edusc, 2001.

LE BRETON, David. **Rostos: ensaio de antropologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos impressos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012a, p. 7-34.

MENDONÇA, Lígia. Mulher e Saúde: Uma avaliação contemporânea. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. **Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MOREIRA, Laís de Araújo. Direito e Gênero: a contribuição feminista para a formação política das mulheres no processo de (re) democratização brasileiro. **Gênero e Direito**, v. 5, n. 01, 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, ano 8, 2º semestre, 2000.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, p. S25-S32, 1998.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RATTNER, Daphne. Da saúde materno-infantil ao PAISM. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v. 8, n. 1, p. 103-108, 2014.

ROHDEN, Fabíola. Catolicismo e protestantismo: o feminismo como uma questão emergente. *Cadernos Pagu*, n. 8/9, p. 51-97, 1997.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” *Educação e Realidade*. Porto Alegre, nº 16, 1991.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. **Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. **Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1970 – 1990).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que persistem: a imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. IV Congresso Nacional de História da Mídia, 2008.

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Paginas%20que%20resistem%20A%20imprensa%20feminista.pdf> Acesso em 04 de ago. 2020.

Recebido em: 10 de setembro de 2021

Aprovado em: 13 de março de 2022